
Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas aos (às) Catadores (as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: entre as diretrizes nacionais e a implementação local

Reflections of Public Policies aimed at the Recyclable Material Collectors in the State of Paraíba: between the national guidelines and the local implementation

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG).

Email: thelfrs@yahoo.com.br

Resumo: A crise do trabalho assalariado, a emergência dos movimentos ambientais e do terceiro setor contribuíram para a intensificação dos debates sobre cooperativismo, Economia Solidária (ES), meio ambiente e gestão do lixo durante as décadas de 1980 e 1990. Neste momento surgem as primeiras iniciativas de organização dos catadores(as) de materiais recicláveis em associações e cooperativas, na busca por formas de trabalho, renda e soluções para problemas ambientais. Hoje existem diversas políticas públicas voltadas aos catadores(as). Diante deste quadro, surge este artigo que tem por objetivo analisar como vem se configurando a construção das políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis no estado da Paraíba, refletindo sobre a relação entre as diretrizes nacionais e a implementação local destas políticas. A partir do momento em que os catadores(as) realizam conquistas legais à nível federal, estados e municípios passam a ser pressionados a elaborar suas próprias políticas públicas de ES e de gestão de resíduos sólidos, seguindo as diretrizes federais. Para atender à demanda legal e social que se coloca, os gestores públicos da Paraíba têm buscado estabelecer diálogos com diversos atores sociais, mas ainda parece faltar muito para que as políticas públicas voltadas aos catadores(as) avancem no estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Catadores de Materiais Recicláveis; Economia Solidária; Paraíba.

Abstract: The crisis of wage labor, the emergence of environmental and third sector movements contributed with intensification of debates about cooperativism, Solidarity Economy (SE), environment and waste management during the 1980s and 1990s. At this moment, start the first's initiatives to organize collectors of recyclable materials in associations and cooperatives, finding forms of work and income and propose solve environmental

problems. Today exist public policies aimed for the collectors. In this context, this article aims to analyze the construction of public policies aimed at collectors of recyclable materials in the state of Paraíba, in Brazil, reflecting of the relationship between the national guidelines and the local implementation of these policies. Until the moment the collectors make legal achievements at the federal level, it pressure states and municipalities to develop their own public policies for solid waste management, following national guidelines. Trying attend the legal and social demands that arise, the public managers of Paraíba have sought to establish dialogues with various social actors, but it still seems a long way for public policies aimed at collectors to advance in the state.

Keywords: Public Politics; Collectors of Recyclable Materials; Solidarity Economy; Paraíba.

1. Introdução

A crise do trabalho assalariado desencadeada no final do século XX tornou flexível as relações de trabalho, aumentou o número de trabalhadores informais, e também o contingente de desempregados e de trabalhadores precarizados. Ressurgiu neste momento a discussão sobre cooperativismo e autogestão, que tornam-se a base da proposta da Economia Solidária (ES), debatida no Brasil a partir da década de 1980.

Há casos de empreendimentos econômicos solidários (EES) que, dotados de grande potencial de irradiação de iniciativas coletivas e de articulação das iniciativas existentes, revelam-se uma importante estratégia de desenvolvimento territorial, local e/ou sustentável. Provavelmente devido ao potencial da ES, uniu-se esta às demandas provenientes do debate acerca do meio ambiente e da gestão do lixo. A partir dos anos 90 diversas entidades passaram a incentivar os catadores(as) a organizarem-se em associações e cooperativas, encontrando formas de trabalho e renda, como também buscando soluções para problemas ambientais.

Até o momento, a bibliografia tem mostrado casos de construção e aplicação de políticas públicas voltadas a EES de catadores(as) nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Leite, 2012, Leite, Wirth, & Cherfem, 2015). No entanto, parece haver certa carência de estudos sobre o tema na região Nordeste. O segundo Mapeamento Nacional do Sistema Integrado de Economia Solidária [SIES] (2013) identificou um total de 19.708 EES no país, dos quais mais de 40% encontram-se no Nordeste. A Paraíba concentra 5,2% dos casos mapeados na região, são 416 EES, envolvendo 13.757 sócios(as).

Conforme o Censo de 2010, existem 387.910 catadores(as) no Brasil. A divisão regional aponta que o Nordeste vem em segundo lugar, concentrando 116.528 pessoas, o que representa 30,6% dos catadores(as) do país. Já a Paraíba apresenta 10.445 catadores(as) (Silva, Goes, & Alvarez, 2013). Destacamos que os dados do IPEA inclui catadores(as) não organizados, que trabalham individualmente. O Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) pondera que o Censo não chega aos lixões nem aos catadores(as) em situação de rua, assim, o número chegaria a 1 milhão de catadores(as).

Embora o movimento de ES e a organização dos catadores(as) tenha surgido na Paraíba no final da década de 1990, com apoio de entidades/instituições/órgãos governamentais e não governamentais que desenvolviam ações pontuais e isoladas, foi na última década, principalmente nos últimos quatro anos, que estes diversos atores começaram a atuar mais fortemente na construção de políticas públicas voltadas a este segmento. A maneira como vem se desenhando a construção dessas políticas e os interesses a que estas servem tem influência direta na vida de milhares de trabalhadores(as) que vivem da atividade de catação no estado. Essa construção e suas tendências chamam atenção por sua relevância social e ambiental, e por sua ampliação a partir de 2014.

De acordo com representantes de entidades de apoio relacionadas aos catadores(as), a Paraíba contava em 2015 com vinte e uma cooperativas/associações formalizadas e vinte e cinco grupos não formalizados. Esses grupos estão distribuídos por vinte e sete cidades, nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão. Quatorze das cooperativas/associações formalizadas estão organizadas em uma rede estadual de comercialização, a Rede CataPB, que está em diálogo com redes dos demais estados federativos, incluindo-se no MNCR. A Rede Lixo e Cidadania, uma rede política, agrega grupos de catadores(as) de todo o estado.

Visando contribuir com os debates sobre a Economia Solidária e a construção de políticas públicas voltadas aos catadores(as), trazemos parte de uma pesquisa de mestrado realizada em 2015 (Santos, 2016) com quatro EES de catadores(as) da cidade de Campina Grande. A escolha do lócus da pesquisa se deu por esse ser o município da Paraíba que mais vem avançando na implementação de políticas públicas voltadas aos catadores(as). Algumas informações foram atualizadas com dados da pesquisa de doutorado em curso.

Este artigo tem por objetivo analisar como vem se configurando a construção das políticas públicas voltadas aos catadores(as) na Paraíba, refletindo sobre a relação entre as diretrizes nacionais e a implementação local dessas políticas. Para tal, analisamos como os movimentos da Economia Solidária e dos catadores(as) de materiais recicláveis influenciaram a construção das políticas públicas federais relacionadas ao tema, observando a forma como o movimento nacional se conecta com os processos sociais locais que levaram à construção das políticas voltadas aos catadores(as) na Paraíba.

Para responder às questões suscitadas foi adotada uma metodologia que pode ser classificada como qualitativa, estudo de caso e exploratória. Os instrumentos de pesquisa incluem entrevista semi-estruturada – aplicada a 24 catadores(as), 3 representantes de entidades de apoio e 2 gestoras públicas –, observação, incursões etnográficas em eventos e movimentos sociais, análise de legislações e notícias midiáticas.

2. Políticas Públicas Federais voltadas aos Catadores(as): origens e cenário atual

As transformações decorrentes das novas orientações econômicas, além de afetarem drasticamente o mercado de trabalho, causando o aumento do desemprego e levando muitas pessoas a viverem da catação, deram início ao processo de privatização que atingiu as atividades de saneamento. Se por um lado essas transformações favoreceram a organização coletiva dos catadores(as), por outro, submeteu-os aos interesses das grandes companhias privadas de coleta de lixo. O modo como esses trabalhadores(as) começam a se organizar e a lutar por seus direitos, garantindo-os através de políticas públicas, é o ponto que nos interessa.

No Brasil, as políticas públicas voltadas aos catadores(as) surgem tanto no âmbito da Economia Solidária, através do fomento a EES de catadores(as), como no âmbito da gestão dos resíduos. Essas políticas costumam convergir em alguns objetivos: fortalecer a organização dos catadores(as) em associações ou cooperativas autogestionárias, garantindo inserção socioeconômica e direitos básicos a essa parte da população.

2.1. Economia Solidária e sua intersecção com os catadores de materiais recicláveis

A quebra do estado de bem-estar social, a crise da década de 1970, o processo de reestruturação produtiva do toyotismo e a crise do trabalho assalariado, são alguns dos acontecimentos apontados como causas do crescimento vertiginoso do índice de desemprego entre as décadas de 1970 e 1980. Por consequência, surge uma série de iniciativas de criação de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos. De acordo com Lechat (2002), Singer (2002) e Lima (2002 e 2007), neste momento nasce a Economia Solidária, retomando as experiências do movimento operário do século XIX.

Lima (2007) afirma que o “novo” cooperativismo vem responder às demandas das sociedades capitalistas em transformação: o desemprego crescente e a necessidade de encontrar formas alternativas de ocupação e geração de renda. Respondendo ainda a propostas alternativas de organização social, decorrente das mudanças culturais e políticas desse período. A Economia Solidária seria assim uma alternativa dos trabalhadores de se inserirem numa sociedade capitalista na perspectiva de superá-la.

Desse modo, a natureza dos EES está no fato de que eles propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas. A relação entre a ES e o capitalismo tem causado polêmica. Sobre essa questão, corroboramos com Vêras de Oliveira (2015, pp. 8-9. Grifo do autor):

A Economia Solidária, na sua diversidade de formas e denominações, é um fenômeno mundial. Surgiu sob o capitalismo e se encontra nele intrincado. Mas caracteriza-se por uma dinâmica sócio-produtiva que a diferencia, e a põe sob certo grau de contraste e tensão, com o mercado capitalista. Por outro lado, surgiu muito mais como estratégia de enfrentamento de processos de exclusão do mercado de trabalho (com a crise de emprego que se abateu sobre todo o mundo) do que como reação crítica ao modo capitalista de produção. Considere-se, ainda, que tais experiências vêm se constituindo a partir de condições extremamente adversas, situando-se nas franjas do sistema produtivo, reunindo pouco peso econômico, embora sinalizem para uma relevante importância social e econômica.

Mesmo intrincada no capitalismo, a proposta da ES a diferencia desse modelo, o que gera tensões entre as dinâmicas. Interpretamos que apesar de apresentar-se como alternativa ao capitalismo, a ES surge mais como estratégia de enfrentamento da crise do trabalho. Por esse

motivo a ES só pode ser entendida quando relacionada às mudanças socioeconômicas que transformaram as relações de trabalho nas últimas décadas.

O fortalecimento do movimento da Economia Solidária entre o final da década de 1980 e a década de 1990 abriu espaço para o diálogo entre militantes e instâncias de governo. Mais recentemente a ES passou a contar com o apoio de agentes governamentais através da criação de estruturas políticas públicas específicas, a princípio no plano local e estadual, posteriormente no plano federal, tendo por ápice a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), em 2003, durante o Governo Lula (Sardá, 2011).

A Senaes é responsável pelo programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como pela articulação com outros órgãos federais. Configura-se assim uma rede de políticas públicas em Economia Solidária, que inclui entidades de natureza não governamental, como a Fundação Banco do Brasil, universidades, ONG's e o próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), relacionando-se ainda com o Legislativo através da Frente Parlamentar de Economia Solidária, lançada em 2007 (Cunha, 2012).

As diversas parcerias na formação da rede de Gestores Públicos atuando com o tema da Economia Solidária explicariam a quantidade de acordos intersetoriais que viabilizaram o desenvolvimento e aplicação das políticas públicas no país. Um motivo que levou a Senaes a buscar estabelecer tais acordos foi o restrito orçamento desta Secretaria (Sardá, 2011).

Sardá (2011) considera que nos primeiros oito anos de implantação no governo federal, a Economia Solidária conquistou importantes espaços no âmbito das políticas públicas de trabalho, produção de renda, inclusão produtiva, combate à miséria e à fome, na cultura, nas questões ambientais, entre outras. Desse modo, o desafio do Governo Dilma seria manter o curso dos avanços sem retroceder nas conquistas alcançadas. Apesar das crises político-econômicas repercutirem em diversos setores do Governo, até o momento do afastamento de Dilma a ES não havia retrocedido, alcançando conquistas como a integração da política nacional de Economia Solidária no Plano Plurianual (PPA 2012–2015), através da Lei 12.593/2012, contemplada em dois objetivos (SENAES, 2013a).

Com base nesses objetivos a Senaes elaborou o Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária, dividido em seis volumes, visando apresentar referenciais e orientar a elaboração de projetos que se proponham a implantar ações integradas de ES como

estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável. Como o objetivo das políticas de ES é a geração de trabalho e renda para camadas excluídas e extremamente pobres da população, um dos termos de referência é voltado especificamente aos catadores(as), visando o fomento aos EES e redes de cooperação (SENAES, 2013b).

As ações da Senaes e do movimento de Economia Solidária levaram à consolidação do Plano Nacional em 2015, durante o segundo mandato do Governo Dilma. A continuidade da política de Economia Solidária foi reafirmada com sua integração no PPA 2016-2019 (Lei 13.249/2016). Esse plano vem impulsionando governantes a construir o plano estadual de Economia Solidária, proporcionando a captação de recursos federais para implantação de ações voltadas a promoção e fortalecimento dos EES.

Entretanto o movimento da Economia Solidária e a Senaes também vêm sendo atingidos pelos cortes orçamentários relacionados ao ajuste fiscal decorrente da crise político-econômica dos últimos anos (2014 - 2017). Ainda no Governo Dilma programas em parceria com ONG's e Universidades sofreram ameaças de cortes por parte da Senaes, que assim como diversas secretarias e ministérios teve seu orçamento drasticamente reduzido.

Com a aprovação do processo de Impeachment pelo Senado, em maio de 2016 a presidenta Dilma foi afastada e o vice-presidente Michael Temer assumiu a presidência. Na primeira semana de seu governo, Temer começa a modificar estruturas governamentais, como Ministérios e Secretarias, alterando também o plano de governo e revendo as prioridades orçamentárias. Rapidamente os efeitos das mudanças nos planos político-econômicos do país começam a serem sentidos pelos atores da Economia Solidária (Santos & Guedes, 2017).

Logo no começo de seu mandato, Temer rebaixou a Senaes a Subsecretaria. De acordo com as entidades que receberam a visita do Ministério do Trabalho para avaliação dos convênios, em setembro de 2016 a Senaes operava com cerca de 40% do orçamento com o qual contava. Além dos cortes, desde que Temer assumiu o cargo o contato com a Senaes ficou mais difícil. Nem mesmo os funcionários da Secretaria sabem seu futuro, mostrando-se preocupados com a continuidade dos projetos e com o futuro da ES (Santos & Guedes, 2017).

Para Cunha (2012), como a Economia Solidária teve sua inserção na agenda pública federal recentemente suas políticas ainda podem ser consideradas em consolidação, apresentando limites no sentido de garantir a efetiva sustentabilidade delas bem como da rede

em torno. A descontinuidade na política é um temor recorrente entre militantes e gestores públicos. Como forma de impedir esta descontinuidade, os atores têm se esforçado para consolidar a ES como política de Estado, com recursos e metas previstas em leis.

Cunha (2012) e Sardá (2011) questionam a diferença do investimento destinado à política de aceleração do capitalismo e o destinado às políticas de corte social. Entendemos que, por não romper com a ordem vigente, a ES só pode avançar até o limite que não cause incômodo ao capitalismo, sendo um dos limites a disputa por investimentos governamentais.

Nesse sentido, compartilhamos das inquietações de Wellen (2012) a respeito da coexistência da ES com o capitalismo, considerando complexa a ideia de tentar conciliar um projeto voltado ao desenvolvimento capitalista e outro a uma proposta alternativa ao capital sem que estes se contraponham em algum momento. Este campo de disputa revela as tensões existentes entre os modelos.

2.2. Movimento dos Catadores(as) e Políticas Públicas

Paralelamente ou mesmo conjuntamente aos avanços da Economia Solidária, o movimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis tem atingido suas conquistas e ganhado espaço no cenário das políticas públicas federais, estaduais e municipais. As vitórias do movimento da ES por vezes beneficiaram os catadores(as), assim como as políticas direcionadas a este grupo representam avanços na consolidação da Economia Solidária.

A atividade de catação de lixo não constitui uma novidade, essa é há muito tempo um trabalho comum, uma estratégia de sobrevivência desenvolvida entre uma parcela socialmente e economicamente excluída do Brasil, dos países latinoamericanos e de diversas partes do mundo (Silva et al., 2013, Leite et al., 2015). Essa atividade que até alguns anos raramente era enxergada como um trabalho e reconhecida socialmente vem sendo ressignificada a partir de discussões nacionais e internacionais sobre o meio ambiente e a gestão do lixo.

Unindo o debate da gestão ambiental à proposta da ES surgiram as primeiras iniciativas para organizar os catadores(as) em cooperativas. Entidades ligadas à Igreja, agências de fomento, Universidades e ONG's incentivaram catadores(as) a se organizarem coletivamente para a geração de trabalho e renda por meio da reciclagem. Algumas prefeituras

também começaram a organizar os trabalhadores visando facilitar o processo de acabar com os lixões (Leite et al., 2015).

A intensificação do diálogo entre catadores(as) e diversos atores sociais contribuiu para o surgimento do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em 1999 como resultado do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, fundado oficialmente em 2001 durante o 1º Congresso Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis. Já em 2002 o MNCR concretiza sua primeira conquista: a atividade de catador(a) foi regulamentada, entrando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (Amorim, 2012, MNCR, 2015).

O fortalecimento da ES e a preocupação com a questão do meio ambiente contribuíram para o surgimento de políticas públicas voltadas a gestão dos resíduos sólidos e à fomentação de cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis. No Brasil, as políticas públicas direcionadas aos catadores(as) visam facilitar sua organização e integrá-los à gestão dos resíduos sólidos municipais, dando preferência nas atividades de coleta seletiva e triagem do material reciclável às associações e cooperativas.

A partir de 2003, com a criação da Senaes, as cooperativas e associações de catadores(as) passaram a ser levadas em conta na elaboração de políticas públicas de geração de renda, com apoio a entidades de incubação e financiamento para os pequenos empreendimentos associativos. Ainda em 2003 foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis que tem articulado diferentes linhas de financiamento para catadores(as) (Leite, 2012).

O marco legal das conquistas dos catadores(as) inclui o Decreto 5.940, aprovado em 2006, que institui a coleta seletiva pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, na fonte geradora, destinando o material às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Essa medida traz grandes benefícios aos catadores. Durante a realização das entrevistas diversos catadores(as) declararam o quanto as parcerias com entidades governamentais influenciam o rendimento mensal dos EES.

No entanto, vale destacar que infelizmente nem todos os órgãos e entidades da administração pública federal que operam no estado da Paraíba têm encaminhado o material reciclável para as cooperativas e associações locais, o motivo principal parece ser a falta de interesse em pôr em prática a coleta seletiva. Outro motivo apontado pelos catadores(as) foi o

desvio desse material por parte dos próprios funcionários dos órgãos, que perceberam na possibilidade de venda desse material à atravessadores e sucateiros como uma forma de auferir ganhos extras.

Em 2007 foi aprovada a Lei 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e altera a Lei 8.666/1993, passando a dispensar a necessidade de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo efetuados por associações ou cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis.

A literatura aponta diversos casos de sucesso na aplicação dessa medida, como os casos de São Carlos e de Belo Horizonte (Leite, 2012). No entanto, a maioria dos municípios ainda resiste a incluir as cooperativas e associações de catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos. Os motivos para tal resistência são esclarecidos por Leite (2012, p. 240):

A tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, na maior parte das cidades brasileiras. O orçamento do serviço de coleta e gestão dos resíduos sólidos urbanos figura entre as maiores licitações públicas dos municípios do país. O imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão mais complexa que leve em conta o interesse social e o custo que seria evitado com uma adequada coleta, gestão e destinação dos resíduos.

A denúncia de Leite (2012) explicita mais uma vez a tensão sempre tênue entre os interesses do capitalismo e os interesses daqueles que estão voltados a questões sociais e ambientais. A pressão das grandes companhias sobre o poder público e a “troca de favores” entre empresários e políticos ainda leva muitos gestores públicos a favorecer empresas privadas na contratação da prestação de serviços relacionados ao manejo dos resíduos sólidos em detrimento das cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis.

Com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), “a integração dos catadores nos sistemas de coleta deixa de ser uma escolha de cada cidade e passa a ser uma diretriz nacional cujo descumprimento poderá influir nos repasses de verbas federais aos municípios” (Brasil, 2010 como citado em Leite, 2012, p.244). Os municípios

passam a ter que incluir os catadores(as) locais no plano de gestão de resíduos sólidos, promovendo a inclusão social, favorecendo sua organização e fortalecendo suas cooperativas.

Ainda em 2010 foi aprovado o Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, apontando a importância dos acordos setoriais na implantação da logística reversa. Outra medida aprovada em 2010 foi a Lei 12.375, que estabelece a redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) para recicláveis adquiridos diretamente de cooperativas.

Outras conquistas alcançadas pelo MNCR foram o Programa Pró-Catador e o Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE), construído junto com os catadores(as) a partir do comitê interministerial e do comitê gestor, criado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) – uma das instituições operadoras do programa, contando ainda com a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Senaes, entre outros órgãos e instituições.

Apesar de receber algumas críticas, os benefícios advindos do CATAFORTE vem sendo reconhecidos tanto por pesquisadores (Amorim, 2012, Andrade, 2015) quanto pelos catadores(as) entrevistados. Esses apontaram a capacidade de mobilização de catadores(as) individuais para aderir ao trabalho coletivo e o acesso a caminhões para efetuar a coleta seletiva como principais frutos do projeto.

Como evidenciado, o movimento da Economia Solidária e o movimento dos catadores(as) de materiais recicláveis realizaram inúmeras conquistas políticas a nível nacional ao longo dos últimos quinze anos. Infelizmente nem todos os municípios do país colocam em prática as diretrizes nacionais, embora já seja possível identificar casos de municípios que garantiram a implantação da lei, provando que a inserção socioeconômica dos catadores na gestão ambiental pode trazer inúmeros resultados positivos.

3. A Construção das Políticas Públicas voltadas aos(às) Catadores(as) na Paraíba

Os avanços do movimento dos catadores(as) em âmbito federal ecoaram na localidade em foco. No estado da Paraíba vem se constituindo um forte movimento prol catadores(as) que surge a partir de ações sociais mobilizadas por ONG's, Incubadoras Tecnológicas, Universidades, a Cáritas, o MNCR e os próprios catadores(as) da região. Esses diversos atores vêm desenvolvendo atividades desde a década de 1990.

A partir de meados dos anos 2000 se intensifica o diálogo entre esses atores, que passam a lutar conjuntamente pelos direitos dos catadores(as), por sua organização em empreendimentos econômicos solidários e pela construção de uma rede estadual de comercialização. O fortalecimento desse movimento ao longo dos anos permitiu estabelecer um diálogo com o Governo do Estado e Governos Municipais, que, em parte impelidos pela legislação nacional, passaram a incluir as demandas dos movimentos sociais prol catadores(as) na agenda pública.

Na Paraíba, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes), uma pasta dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH-PB), foi criada em janeiro de 2015, estando dividida em duas gerências, a Gerência de Segurança Alimentar e a Gerência de Economia Solidária. Dentre os municípios do estado, apenas João Pessoa vem desenvolvendo uma organização política específica sobre o tema da Economia Solidária, embora outros municípios já venham voltando suas atenções para o tema, principalmente desde a implementação de Casas da Economia Solidária em alguns municípios do estado.

As casas e o centro público de Economia Solidária são resultado do projeto de ações integradas, realizado pela SESAES, em parceria com a SENAES/MTE e o movimento da ES. Nos quatro municípios onde foram implantados – Pombal, Sumé, Soledade e João Pessoa –, contaram com a parceria das administrações municipais.

Como mencionado, as políticas públicas de ES surgiram primeiramente no âmbito federal, como resultado do esforço coletivo entre a Senaes, Cáritas e Cataforte, estas políticas ajudaram a fortalecer a organização socioprodutiva dos catadores(as) em associações e cooperativas autogestionárias e a organização política deles através do Movimento Nacional dos Catadores(as). Esse fortalecimento repercutiu na localidade em foco, tendo em vista que os catadores(as) da Paraíba também foram beneficiários de várias dessas políticas.

Na Paraíba, a organização das políticas estaduais de ES teve início no final de 2013 com a aprovação do Projeto de Fomento à Empreendimentos Econômicos Solidários atuantes com Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba. O projeto aportava recursos da Senaes e visava atender 1.800 catadores(as) de 42 municípios no prazo de 36 meses. Nesse mesmo ano surge uma pasta dentro da SEDH-PB voltada à ES, que fica responsável pela execução do projeto.

Durante o ano de 2014, a SEDH-PB estabeleceu articulações com o Fórum Estadual de Economia Solidária, com o MNCR e com as entidades de apoio, realizando conferências de ES em parceria com a sociedade civil. Foram realizadas quatro conferências regionais e uma conferência estadual com a participação do Fórum Estadual de Economia Solidária, entidades de apoio e a Rede Lixo e Cidadania.

De acordo com a secretária executiva, a Sesaes atende cinco públicos: catadores, agricultores familiares, artesanato, bancos comunitários e juventude, havendo cinco projetos que atendem aos catadores(as): Projeto Ações Integradas, que desenvolve ações específicas para quatro públicos da Secretaria; Projeto Cooperar, que tem uma linha de atuação voltada à questão dos resíduos sólidos, com recursos do Banco Mundial contemplando três municípios paraibanos; o projeto da Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio (Funcep) em parceria com o Governo do Estado, que oferece maquinário aos EES de catadores(as); e o projeto de Resíduos Sólidos aprovado em 2013, já mencionado.

Ainda de acordo com a secretária executiva, o planejamento da Sesaes é totalmente relacionado aos encaminhamentos federais relacionados à ES, como explica a própria Secretaria:

Totalmente, porque a diretriz das conferências é o que vai nortear nosso trabalho [...] E a partir daí a gente elaborou nosso material que encaminhamos pra Brasília e a questão da própria captação de recurso ela molda a política, infelizmente a gente não tem fundo, então muitas das ações elas são formatadas a partir dos próprios editais da Secretaria Nacional. Mas assim a gente tem um relacionamento muito bom com a Senaes, nós somos muito parceiros [...] (Secretária Executiva da Sesaes, em 18 de setembro de 2015).

Devido ao seu surgimento recente, até 2016 a Sesaes não tinha orçamento próprio, contando com recursos federais e parcerias intersetoriais como estratégia para desenvolver suas ações. Visando a sensibilização de gestores municipais para o tema, a Sesaes, através do

Projeto Ações Integradas, ofereceu o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária nas três macrorregiões do estado: Zona da Mata, Brejo e Sertão. A proposta era formar um Conselho Estadual de Economia Solidária para fortalecimento das políticas de ES.

Através do diálogo com a sociedade civil e com os gestores públicos municipais, a secretaria formulou o plano estadual de Economia Solidária, publicado em 2017. Percebe-se o esforço em promover a prática da ES e torná-la uma política de Estado para que as ações promovidas não sejam abandonadas em caso de mudança de governo. Entretanto, até julho de 2017 a política de ES não foi consolidada na Paraíba, ainda não existe uma lei estadual de ES, não há um fundo próprio nem orçamento para garantir a execução das ações planejadas.

Ao pensar todos os avanços da Economia Solidária na Paraíba, assim como no contexto nacional, é preciso relacioná-los com o diálogo entre governo e Movimentos Sociais.

Assim, a gente tem mantido desde o princípio uma ação bem dialogada com os atores institucionais, a gente tem uma ação com o Fórum, que é um parceiro que vem de perto conosco, que é a representação da sociedade civil. A gente também hoje tem uma ação com a UFPB [...] temos também o IFPB [...] nós temos também o contato com ONG's, Terceiro Setor [...] nós temos a Cáritas Brasileira também que são as entidades que têm convênio também com o governo Federal e que a gente dialoga porque elas também têm ações, principalmente pra catadores. Temos com a UEPB [...] que eles também trabalham com catadores [...] (Secretária Executiva da Sesaes, em 18 de setembro de 2015).

Gestores públicos, representantes de entidades de apoio e catadores(as) percebem as políticas públicas como uma das principais estratégias de fortalecimento para a ES:

Mas tem o lado das políticas públicas, como elas poderiam fazer pra apoiar o empreendimento também. Isso é fundamental também. Sem o Estado é muito difícil, é difícil o próprio capitalismo sobreviver, ainda mais a Economia Solidária. Garantir assessoria técnica, incubação, acesso ao microcrédito (Vice-coordenador do NUPLAR/UFPB e assessor do Ações Integradas, em 16 de junho de 2015).

É a estratégia da política pública enquanto direito, entendeu? Se a gente não mexe dizendo que pelo menos na parte do Estado a gente vai favorecer uma parcela grande em termos econômicos do que é produzido no país seja destinado para esses grupos que tão fazendo essa economia acontecer a gente não vai conseguir fazer essa economia avançar. Não vai conseguir avançar porque, por exemplo, um grupo de catadores que ganha seiscentos reais por mês ele num tem acesso a comprar equipamentos pra beneficiar o material, ele não tem condições de custear o seu transporte pra comercialização ou pra coleta. Então, se a gente não tiver estratégias claras de políticas públicas a gente não vai avançar (Secretária Executiva da Sesaes, em 18 de setembro de 2015).

Nem sempre a ES contou com o apoio do poder público, foi preciso mais de uma década para que se garantissem as primeiras conquistas a título de políticas públicas. O que não significa que os atores do movimento não percebam a importância das conquistas estando dispostos a abrir mão delas facilmente. A insegurança quanto à continuidade das políticas e as ameaças de graves retrocessos, ocasionada pelo atual cenário político, têm levando militantes a traçar estratégias para que o movimento resista sem o apoio do setor público.

A nível nacional, a Senaes tem se apressado em realizar os repasses dos convênios estabelecidos, visando garantir a continuidade dos projetos antes que os convênios sejam suspensos. No âmbito local, as entidades de apoio vêm buscando fortalecer os grupos através de formações que os preparem para caminhar sem assessoria. Já os gestores públicos vêm se esforçando em consolidar políticas estaduais e municipais para garantir apoio ao movimento.

Nos espaços do movimento muito se conversa sobre os efeitos da conjuntura e os ataques do atual governo, mas pouco se discute em termos de estratégias de resistência. Apenas em maio de 2017, durante o Encontro Estadual do Fórum de Economia Solidária, a construção de uma resistência engajada com outros setores da sociedade apareceu pela primeira vez. Porém, até julho as ações ainda não tinham sido postas em prática.

Observamos também que apesar das tensões geradas pelo momento, trabalhadores e entidades de apoio mantém a esperança na continuidade do movimento, afirmando que a ES nasceu justamente como resposta às crises do capitalismo, que costuma aumentar o número de desempregados que podem encontrar na Economia Solidária uma alternativa.

Para além da adoção da ES como política de governo, a partir da aprovação da PNRS o estado e os municípios são obrigados a desenvolverem ações voltadas aos catadores(as). Uma reportagem do G1 noticiou em janeiro de 2014 que “segundo informações do MPPB [Ministério Público da Paraíba] apenas 19 cidades do Estado já conseguiram regulamentar o plano através de lei municipal, outras 22 cidades estão elaborando o documento” (G1, 2014). Na data da matéria nem o plano de Campina Grande nem o de João Pessoa existiam, o que revela que haveria pelo menos 21 municípios com planos de resíduos regulamentados na Paraíba, de um total de 223.

Até o momento nenhum município realizou a contratação de catadores(as) para gestão de resíduos sólidos. No entanto Campina Grande vem caminhando nessa direção. Em 2014 foi consolidado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande (PMGIRS-CG), contendo várias diretrizes voltadas aos catadores(as): priorização, planejamento e implementação da coleta seletiva; adoção da coleta seletiva nos órgãos municipais e incentivo nos órgãos estaduais e federais; inclusão socioeconômica dos catadores(as) e fortalecimento de cooperativas ou outras formas de associação; inclusão dos catadores(as) na logística reversa; programas de educação ambiental e conscientização para a coleta seletiva; inclusão dos catadores(as) em programas de educação continuada; criação de unidades de triagem e de ecopontos; possibilidade de contratação das cooperativas de catadores(as) (Campina Grande, 2014). Conforme declaração da assessora técnica da Secretaria de Serviços Urbanos e de Meio Ambiente (SESUMA), o PMGIRS-CG

[...] em atendimento à lei, contempla inúmeras ações nas quais os catadores que tiverem associados [...] vão ser dotados de melhores condições de trabalho. Um outro ponto que é totalmente relacionado, que foi até ideia do secretário [da SESUMA], e que foi colocado e tornou-se lei, é que vão ser firmados contratos com as cooperativas. A prefeitura não paga um valor? Se não me engano hoje é de R\$94,00 por tonelada de resíduo à [nome de empresa] que é a empresa que coleta resíduo aqui em Campina Grande, então vai ser firmado um contrato com as cooperativas e todo resíduo que ele coletar, ele vai receber o mesmo valor e ainda vai ficar com o resíduo pra que eles possam comercializar [...] A cooperativa também não tem o trabalho ambiental de limpeza? A gente entende que eles são agentes de limpeza que retiram os resíduos das nossas ruas (Assessora Técnica da SESUMA, em 24 de agosto de 2015).

Lembramos que apesar da empolgação da entrevistada em afirmar que a ideia da contratação das cooperativas foi do secretário da SESUMA, essa é uma orientação da própria PNRS. Ressaltamos ainda que mesmo indicando a contratação dos EES de catadores(as), os gestores de Campina Grande pretendem manter o contrato com a empresa responsável pela coleta de lixo. A entrevistada explicou que mesmo com a coleta seletiva ainda haveria a coleta do lixo orgânico e não reciclável que seria realizada por uma empresa licitada. Assim, fica evidente o interesse em manter os contratos licitatórios com as grandes companhias do lixo.

Reconhecemos que no atual momento as cooperativas e associações de catadores(as) de Campina Grande ainda não têm capacidade para realizar todo o trabalho de coleta, o que

justificaria pensar em um projeto de transição, onde o fortalecimento dos grupos fosse reduzindo a necessidade da contratação das companhias de lixo. Entretanto, essa meta não aparece no plano municipal, nem na fala da entrevistada. Aparentemente a ideia é manter a coleta domiciliar e aterro nas mãos das empresas, deixando as cooperativas de catadores(as) responsáveis apenas pela coleta seletiva.

Em nosso entendimento, embora por si só essa medida já seja uma conquista, muito mais poderia ser feito pelos catadores(as) se a gestão pública priorizasse o fortalecimento desses em detrimento da manutenção de contratos milionários com as companhias de lixo. Corroborando com Leite (2012), entendemos que a tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos.

Apesar do Plano Municipal de Campina Grande prever a remuneração dos catadores(as), dois anos após a realização da entrevista citada eles ainda não estão recebendo pelo serviço prestado. Em abril de 2017 foram realizadas diversas reuniões entre a SESUMA, os catadores(as) e as entidades de apoio para fechar os detalhes referentes à remuneração pelo serviço de coleta seletiva e educação ambiental. O longo processo de negociação mobilizou todos os catadores(as) organizados da cidade. Até o momento, novembro de 2017, a prefeitura ainda não autorizou a contratação dos catadores(as).

O contrato poderá modificar sensivelmente a realidade dos catadores(as) da cidade, que passariam a receber uma remuneração pelo trabalho realizado, além de ficarem com o material para a comercialização, contribuindo para a previdenciária social. Corroborando a opinião dos catadores(as), representantes das entidades de apoio e gestores entrevistados, percebemos a contratação como um grande passo em direção a garantia de melhores condições de trabalho e vida para esses trabalhadores(as), embora a remuneração ainda seja pequena em comparação com o lucro das indústrias de reciclagem.

Ao observar os efeitos a longo prazo da contratação dos catadores(as) em Natal – RN, Figueiredo e Silveira (2016) avaliaram que isso não modificou significativamente a realidade dos trabalhadores(as). Entretanto, outros pesquisadores consideram que os municípios que investiram na contratação dos catadores(as) conseguiram obter um avanço no total coletado e

reciclado, além de aumentar expressivamente a renda do catador(a), fortalecendo o processo de inclusão social (Leite, 2012, Sant'ana & Metello, 2016).

De acordo com a assessora técnica da SESUMA, prezando pela continuidade do PMGIRS-CG – que tem um horizonte temporal que vai de 2015 a 2030 – aprovou-se este como lei municipal, visando impedir sua interrupção em caso de mudança da gestão. Como lei complementar o plano fica protegido, podendo apenas sofrer revisões a cada quatro anos. Como visto, essa medida é importante para que não se retroceda nos avanços legais.

Em 2015 o estado da Paraíba divulgou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PERS-PB), um conjunto de propostas de ações estruturantes voltadas ao planejamento de políticas públicas para a Gestão de Resíduos Sólidos. Ainda em 2015 foi divulgado o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PRGIRS), que visa instituir uma gestão integrada dos resíduos sólidos entre os municípios do estado. Tanto o PERS-PB quanto o PRGIRS levantam questões relacionadas às atividades dos catadores(as), indicando programa de apoio aos catadores(as), projeto de apoio às atividades de coleta seletiva e reciclagem, programa de educação ambiental para gestão de resíduos sólidos e a instalação de unidades de triagem e de postos de entrega voluntária.

Mesmo observando os benefícios da ES para os catadores(as) no Brasil, Lima alerta:

A reciclagem de lixo no Brasil, mais do que o desenvolvimento de uma ciência autogestionária, ou mesmo ambiental, em crescimento na sociedade, reflete a miséria de grande parte de sua população. As associações e cooperativas de reciclagem constituem um paliativo, estratégias de enfrentamento da pobreza, consistindo em políticas compensatórias num país marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. Se essas políticas por si só podem ser consideradas um avanço num país como o Brasil, isso ainda é pouco em comparação com a dimensão da dívida social (2015, p. 332).

Alinhado com Lima, entendemos que apesar dos notórios avanços nas políticas públicas que beneficiam os catadores(as), essas, além de ser pouco perto da dívida social que a sociedade tem com esses trabalhadores(as), configuram medidas paliativas, que apesar de contribuírem para melhorar a qualidade de vida dos catadores(as), deixam muito a desejar.

Entendemos que as políticas públicas voltadas aos catadores(as), seja a nível federal, estadual ou municipal, por enquanto são estratégias de enfrentamento da pobreza, que ainda

não garantem a esses trabalhadores(as) uma renda mensal próxima ao salário mínimo nem os direitos previdenciários. A falta dos direitos trabalhistas que a carteira assinada proporcionaria e a baixa remuneração nos EES é denunciada pelos próprios trabalhadores(as) entrevistados.

Em audiências públicas, no site do MNCR e nas entrevistas realizadas, catadores(as) apontam a necessidade da legislação levar em consideração as especificidades do seu caso. Como a maioria das cooperativas não atinge um rendimento que permita a retirada de um salário mínimo para cada sócio, a contribuição previdenciária torna-se praticamente impossível. Uma saída apontada pelos catadores(as) seria enquadrá-los como contribuintes especiais, reduzindo a taxa da contribuição. Também se faz necessário rever as legislações do cooperativismo e fiscal, que fazem exigências que muitos grupos não conseguem atender, como a cobrança de alvará, contratação de serviços contábeis, pagamento de impostos, etc.

Por último destacamos que por tratar-se de um grupo que por vezes encontra-se em situação de vulnerabilidade social, é necessário garantir aos catadores(as) um conjunto de políticas públicas que contribua com sua inserção social: habitação, saúde, educação, enfrentamento à violência doméstica, lazer para crianças e jovens, entre outras. Em um evento que acompanhamos, um catador de João Pessoa comentou que até mesmo os projetos que proibem as crianças e jovens de trabalharem no lixão acabam prejudicando-os, com muito tempo ocioso e sem a presença dos pais, várias crianças e jovens do antigo lixão do Roger acabaram se envolvendo com o tráfico. Algumas catadoras que trabalham nos lixões ou nas ruas alegam levarem os filhos para a coleta devido à falta de segurança onde residem.

O documentário *Estamira*, de 2006, conta a história de uma catadora que vivenciando diversas violências e privações passou a apresentar sintomas de esquizofrenia. O caso relatado nos leva a questionar: sem o apoio de políticas públicas voltadas à saúde mental, como essa trabalhadora poderia se manter em uma cooperativa por muito tempo? Estamira não é uma rara exceção no universo dos catadores(as), existem muitas pessoas que sofrem de transtornos mentais ou que são usuários de drogas que passaram a viver da catação. É preciso levar em conta estes casos quando se pensa a construção e execução de políticas públicas, sob o risco de negligenciarmos parte da população que vive da reciclagem.

Assim, se as políticas públicas voltadas aos catadores(as) representam um avanço em comparação a realidade vivenciada por esses trabalhadores(as) há alguns anos – sendo

importante ressaltar que os próprios entrevistados(as) percebem as mudanças em seu trabalho e em sua vida de forma positiva – essas ainda precisam avançar muito para garantir condições dignas a esses trabalhadores(as). Poderíamos dizer que as políticas públicas ainda estão no meio do caminho rumo ao reconhecimento social desta categoria de trabalhadores(as).

Considerações Finais

Observando o processo de construção de políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil percebe-se a complexidade do tema, que se configura em uma luta por inclusão social, reconhecimento de sua atividade e mesmo de sua existência, e transformação de uma situação de precarização absoluta de trabalho e de vida. É possível verificar muitos avanços, porém ainda há muito o quê se conquistar, muitas melhorias encontram-se no papel, distantes da realidade cotidiana de milhares de trabalhadores(as).

Em nosso entendimento, a organização dos catadores(as) parece ser fruto tanto da intensificação dos debates sobre meio ambiente e gestão do lixo, quanto da adoção da proposta da Economia Solidária por parte das entidades de terceiro setor, universidades e Igreja Católica, que disseminam entre trabalhadores o cooperativismo e a autogestão como estratégias de enfrentamento ao desemprego e as relações precarizadas de trabalho.

A partir do momento em que os movimentos da ES e dos catadores(as) atingem conquistas a nível federal, como a criação da Senaes, a constituição do MNCR e a instituição de políticas públicas federais voltadas a esse público, os estados e municípios são pressionados a elaborarem suas próprias políticas de ES e de gestão de resíduos sólidos seguindo as diretrizes nacionais. A pressão sobre os governos locais passa a vir tanto de baixo pra cima, partindo dos Movimentos Sociais e da sociedade civil, quanto de cima para baixo, partindo do Governo Federal através da legislação vigente.

Para atender a demanda legal e social os gestores públicos estaduais e municipais da Paraíba tem buscado estabelecer diálogos com os atores sociais envolvidos com o tema da Economia Solidária, cooperativismo e associativismo e inserção socioeconômica de grupos minoritários ou excluídos, etc. Este diálogo tem se mostrado frutífero, mas ainda há muito que se discutir, pensar e construir para que as políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis avancem no estado.

Ainda que a Paraíba esteja caminhando na construção das políticas públicas voltadas aos catadores(as) e que as políticas locais sigam diretrizes nacionais, o processo de construção dessas políticas iniciou-se tarde e timidamente. Ainda são poucos os avanços na institucionalização das políticas estaduais, havendo poucos municípios que tenham voltado sua atenção à temática e poucos catadores(as) beneficiados. Além disso, o que está garantido por lei nem sempre é colocado em prática.

Mesmo recebendo o apoio dos governos municipal e estadual, os catadores(as) fazem críticas ao poder público, considerando que esse deveria empenhar-se mais na promoção e efetivação de políticas voltadas ao setor de reciclagem que beneficiassem os(as) catadores(as), suas associações e cooperativas. Todos os entrevistados mencionaram a importância do setor público na luta por melhores condições de trabalho e vida.

Corroborando com Leite et al. (2015) entendemos que para os marcos regulatórios favoráveis aos catadores(as) se efetivarem é necessário desenvolver outras políticas públicas no sentido de favorecer e fortalecer as cooperativas, garantindo-lhes mercados (através de compras governamentais, por exemplo), proporcionando-lhes qualificação, acesso a tecnologias, espaços de armazenagem que lhe assegurem possibilidades de vender maiores quantidades direto ao consumidor, sem ter que se submeter aos interesses de atravessadores e grandes empresas de reciclagem. Para tanto é necessário que o MNCR continue avançando em sua luta contra esse adversário poderoso.

É necessário estarmos conscientes de que, dentro de uma sociedade capitalista, os avanços da Economia Solidária têm limites. As pressões do mercado, a disputa de interesses e por recursos estão presentes tanto no dia a dia dos EES quanto na formulação das políticas públicas. As tensões entre o capitalismo e a ES perpassam toda sua história, essa disputa por espaço, batalhada no dia a dia dos que se dedicam a este modo de economia, por isso não é fácil, mas é dela que depende o futuro dos trabalhadores que adotaram essa proposta.

Referências bibliográficas

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. *Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas aos (às) Catadores (as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: entre as diretrizes nacionais e a implementação local.*

Amorim, L. S. de. (2012) Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 2, 21-35. Recuperado em 10 junho, 2016, de http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/Pg-21-35.pdf

Andrade, M. T. de. (2015). O Programa CATAFORTE e o incentivo à Economia Solidária. *Anais do Encontro Nacional da ABET*. Campinas, SP, Brasil, 14.

Cunha, G. C. (2012). A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: notas de pesquisa. In: E. A. Benini, (et al). (Orgs). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. (Vol.2, pp. 45-80). São Paulo: Outras Expressões.

Figueiredo, F.F., & Silveira, R.M. da C. (2016). A participação de catadores na gestão dos resíduos sólidos de Natal/RN entre os anos de 2003 e 2014. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, Brasil, 40. Recuperado em 20 julho, 2017, de <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10496-a-participacao-de-catadores-na-gestao-dos-residuos-solidos-de-natal-rn-entre-os-anos-de-2003-e-2014/file>

Lechat, N. M. P. (2002). As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. *Palestra proferida na Unicamp por ocasião do Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. São Paulo, SP, Brasil, 2. Recuperado em 28 julho, 2017, de http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf

Leite, M. de P. (2012) Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: I.P.H. Georges, & M. de P. Leite (Orgs). *Novas configurações do trabalho e Economia Solidária*. (pp. 227-268). São Paulo: Annablume, Fapesp.

Leite, M. de P., Araújo, A.M.C., & Lima, J.C. (Orgs.). (2015). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume.

Leite, M. de P., Wirth, I.G., & Cherfem, C. O. (2015). Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. In: M. de P. LEITE, A.M.C. ARAÚJO, & J.C. LIMA (Orgs.). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. (pp. 335-361). São Paulo: Annablume.

Lima, J.C. (2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.

Lima, J. C. (2007). O Trabalho em Cooperativas: Dilemas e Perspectivas. In: G. DRUCK, & T. FRANCO (Orgs). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. (pp. 69-80). São Paulo: Boitempo.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. *Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas aos (às) Catadores (as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: entre as diretrizes nacionais e a implementação local.*

Lima, J.C. (2015). Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: M. de P. LEITE, A.M.C. ARAÚJO, & J.C. LIMA (Orgs.). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.* (pp. pp. 325-333). São Paulo: Annablume.

Sant'Ana, D. de; Metello, D. (2016). Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: C.J. PEREIRA, & F.L. GOES (Orgs.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.* (pp. 21-46). Rio de Janeiro: Ipea.

Santos, T. F. R. dos. (2016). *Contra a maré? Economia solidária e cooperativa de catadores em meio ao capital* [Dissertação]. Campina Grande: UFCG.

Santos, T. F. R. dos, & Guedes, D. M. B. A. (2017). *Novos Desafios da Economia Solidária. Encontro de Ciências Sociais da UFCG.* Sumé, PB, Brasil, 2.

Sardá, M. (2011, agosto). Oito Anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. *Boletim Mercado de Trabalho – IPEA.* (48), pp. 57-70.

Silva, S. P. Goes, F. L., & Alvarez, A. R. (2013). *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil.* Brasília: IPEA.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária.* São Paulo: Perseu Abramo.

Véras de Oliveira, R. (2015). Prefácio. In: M. de P. LEITE, A.M.C. ARAÚJO, & J.C. LIMA (Orgs.). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação.* (pp. 7-9). São Paulo: Annablume.

Wellen, H. (2012). *Para a crítica da economia solidária.* São Paulo: Outras Expressões.

Outras fontes consultadas

Prefeitura Municipal de Campina Grande (2014). *Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande – PB* [Plano]. Campina Grande: ECOSAM. Recuperado em 20 agosto, 2015, de http://pmcg.org.br/sesuma/estudos/Prognostico_2204_VF.pdf

Conselho Nacional de Economia Solidária (2015). *1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015 – 2019.* Brasília.

G1. (2014, janeiro 18). *Municípios da PB ainda não regulamentaram plano de resíduos.* Recuperado em 28 julho, 2017, de <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/01/municipios-da-pb-ainda-nao-regulamentaram-plano-de-residuos.html>

MNCR. *Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis.* Recuperado em 19 setembro, 2015, de <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. *Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas aos (às) Catadores (as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: entre as diretrizes nacionais e a implementação local.*

SENAES. (2013a). *Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE*. (Vol. 1). Brasília.

SENAES. (2013b). *Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE*. (Vol. 2). Brasília.

SIES. (2013). *Atlas de Economia Solidária no Brasil*. Recuperado em 10 junho, 2015, de <http://sies.ecosol.org.br/atlas>